

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.647	2.551
Outros tributos compensáveis	7	481	277
Ativos da concessão	11	262	
Despesas pagas antecipadamente		307	240
Outros créditos			1
Total do Ativo Circulante		5.697	3.069
Não circulante			
Tributos diferidos	8	10.286	4.928
Cauções e depósitos vinculados	10	678	3
Ativos da concessão	11	126.236	42.644
Outros créditos			70
		137.200	47.645
Imobilizado		374	2
		374	2
Total do Ativo Não circulante		137.574	47.647
TOTAL DO ATIVO		143.271	50.716

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	13	41.404	9.822
Outros tributos a recolher	7	718	45
Provisões	15	7.350	2.044
Outras contas a pagar	12	406	200
Total do Passivo Circulante		49.878	12.111
Não circulante			
Tributos diferidos	8	11.714	3.958
Empréstimos e financiamentos	14	7.308	
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.1	12.755	20.146
Provisões	15	6.627	9.325
Outras contas a pagar	12	127	132
Total do Passivo Não circulante		38.531	33.561
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16.1	75.000	14.609
Prejuízos acumulados		(20.138)	(9.565)
Total do Patrimônio líquido		54.862	5.044
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		143.271	50.716

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	13.599	(1.428)	12.171
Aumento de capital	1.010		1.010
Prejuízo do exercício		(8.137)	(8.137)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	14.609	(9.565)	5.044
	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	14.609	(9.565)	5.044
Aumento de capital conforme AGE de 16/08/2019	60.391		60.391
Prejuízo do exercício		(10.573)	(10.573)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	75.000	(20.138)	54.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2020	2019
Prejuízo do exercício	(10.573)	(8.137)
Resultado abrangente do exercício	(10.573)	(8.137)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(15.931)	(12.329)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Tributos diferidos			(1.766)
Remuneração dos Ativos da concessão		(6.943)	(1.047)
Margem na construção		21.876	11.301
Depreciações e amortizações		161	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos			1.257
Outros		(7)	
		(844)	(2.584)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Outros tributos compensáveis			(50)
Cauções e depósitos vinculados		(672)	19
Outros ativos operacionais		(81)	32
		(753)	1
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(540)	2.040
Outros tributos a recolher		486	41
Provisões		(1.595)	(139)
Outros passivos operacionais		(100)	(262)
		(1.749)	1.680
Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais		(3.346)	(903)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições aos Ativos da concessão		(54.473)	(14.775)
Empréstimos a receber		70	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(54.403)	(14.775)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital			15.150
Aumento de capital social líquido do custo de emissão		53.000	1.010
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		7.000	
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos			(3.653)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(155)	(2.740)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	24.1	59.845	9.767
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		2.096	(5.911)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		4.647	2.551
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.551	8.462
		2.096	(5.911)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto Operacional

A EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (Companhia ou EDP Transmissão Litoral Sul), concessionária de serviço público de energia elétrica, anteriormente denominada Litoral Sul Transmissora de Energia Ltda., foi constituída em 17 de junho de 2016 com sua sede localizada em São Paulo no estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada. A Companhia é controlada integral da EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (EDP Comercializadora). Em 27 de maio de 2019 a EDP Comercializadora assinou o contrato de compra e venda da Ceepower CO, Ceepower Brazil e Brafer para aquisição de 100% das quotas da Sociedade. Conforme 5º Instrumento de Alteração do Contrato Social realizado em 09 de agosto de 2019, a EDP Comercializadora passou a ser detentora da totalidade das quotas representativas do capital social da Companhia. Em Assembleia Geral ocorrida em 16 de agosto de 2019, foi aprovada: (i) transformação do tipo societário da sociedade, passando de "sociedade limitada" para "sociedade por ações de capital fechado"; e (ii) alteração da denominação social de Litoral Sul Transmissora de Energia Ltda. para EDP Transmissão Litoral Sul S.A..

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional de construção de sua linha de transmissão e o contrato de concessão estabelece início de operação comercial em 27 de junho de 2020. A Administração da Companhia estima que o novo prazo para entrada em operação será em dezembro de 2021.

2 Concessão

A Companhia arrematou o lote Q na 1ª etapa de leilão de transmissão nº 13/2015, ocorrido em 13 de abril de 2016, por meio do processo nº 48500.003580/2015-77 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote é composto por 2 subestações e 142 km de extensão de linha localizada entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 27 de junho de 2016, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 18/2016 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
142 km	Serviço Público	Concessão	SC/RS	3 LT 230kV; SE 230/69 kV; SE 230/138/69 kV	27/06/2016	27/06/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

2.1 Receita anual permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP de R\$40.085 a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação, entre outros índices) e a regulamentação específica.

2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

3 Licenças ambientais

A Companhia apresenta as seguintes obtenções das licenças ambientais requeridas para a construção e operação do empreendimento:

Trecho	Descrição da Linha	Órgão Licenciador	Processo	Licenciamento (I)
Norte	SE Tubarão Sul - 230/138/69 Kv	IMA-SC	DIV/22007/CTB IMA - Tubarão	LP nº 9836/2017 Li nº 6710/2018 de 08/08/2018, válida até 08/08/2021
	LT 230 kV Jorge Lacerda - Tubarão Sul e LT 230 kV Tubarão Sul - Siderópolis (Seccionamento 230 kV)		DIV/22011/CTB IMA - Tubarão	LP nº 1562/2018 Li nº 8467/2018 de 02/10/2018, válida até 02/10/2021
	LD 69 kV Tubarão - Sangão (Seccionamento 69 kV)		DIV/23241/CTB	LP nº 2823/2020 Li nº 2826/2020 de 18/05/2020, válida até 18/05/2021
Sul	Módulo de Conexão na SE Forquilha	IBAMA-DF	Protocolo 1974, licenciamento municipal	LP/LI nº 1974/2019 LAP/LAI nº 1974/2020 de 27/07/2020, válida até 27/07/2022
	LT 230 kV SE Torres 2 - SE Forquilha		02001, 000467/2017-21	LP nº 584/2018 Li nº 1290/2019 - 1ª Retificação, de 26/10/2020 válida até 26/10/2024
	SE Torres 2		4945-05.67 / 20.9	LPI nº 242/2020 LPI nº 242/2021 de 02/12/2020, válida até 03/12/2025
	LT 230 kV SE Atlântida 2 - SE Torres 2 + Módulo de Conexão na SE Atlântida 2		FEPAM-RS	8990-05.67 / 20.3 LP nº 257/2019 Li nº 0004/2021 de 05/01/2021 válida até 05/01/2026

(I) Siglas e suas definições: LP - Licença Prévia, LI - Licença de Instalação, LAP - Licença Ambiental Prévia, LAI - Licença Ambiental de Instalação e LPI - Licença Prévia de Instalação.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2020	2019
Receitas	17	76.098	25.277
Custo	18		
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(91.031)	(33.701)
		(91.031)	(33.701)
Lucro bruto		(14.933)	(8.424)
Despesas e Receitas operacionais	19		
Despesas gerais e administrativas		(1.059)	(3.572)
Outras despesas e receitas operacionais		31	
		(1.028)	(3.572)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		(15.961)	(11.996)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	64	1.006
Despesas financeiras		(34)	(1.339)
		30	(333)
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(15.931)	(12.329)
Tributos sobre o lucro	21		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		5.358	4.192
		5.358	4.192
Prejuízo do exercício		(10.573)	(8.137)
Resultado por ação atribuível aos acionistas	22		
Resultado básico por ação (reais/ações)		ON	(0,27068)
ON			(0,55710)
Resultado diluído por ação (reais/ações)		ON	(0,14097)
ON			(0,10849)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

(Em milhares de reais)	2020	2019
Geração do valor adicionado	84.101	27.886
Receita de Construção	76.203	26.839
Atualização dos Ativos da concessão	7.651	1.047
Outras Receitas	247	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(91.454)	(35.834)
Materiais	(142)	(16)
Serviços de terceiros	(48)	(1.949)
Custo com construção da infraestrutura	(91.031)	(33.701)
Outros custos operacionais	(233)	(168)
Valor adicionado bruto	(7.353)	(7.948)
Retenções		
Depreciações e amortizações	(161)	
Valor adicionado líquido produzido	(7.514)	(7.948)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	133	1.017
Valor adicionado total a distribuir	(7.381)	(6.931)
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	466	1.005
Benefícios	7	41
FGTS		40
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	2.395	(1.401)
Estaduais	14	14
Municipais		13
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	310	1.339
Aluguéis		155
		3.192
Prejuízo do exercício	(10.573)	(8.137)
	(7.381)	(6.931)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, para que seja possível a obtenção dessas Licenças, são também necessárias outras licenças e autorizações específicas de órgãos intervenientes.

No exercício de 2020, os gastos ambientais totalizaram R\$9.592.

4 Base de preparação

4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 22 de janeiro de 2021. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

4.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

4.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 23.1.1.

4.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 4.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 4.6); Realização dos tributos diferidos (Nota 8); Ativos da concessão (Nota 11); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 23.1.2.1).

4.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade de *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

4.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (<i>Conceptual Framework</i>)	Apresenta novos conceitos acerca da apresentação, mensuração e divulgação	Conceptual Framework	Estrutura Conceitual	10/12/2019
CPC 15 - Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 48 - Instrumentos Financeiros; CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação; e CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IFRS 7 e IAS 39	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis	IAS 1 e IAS 8	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos	IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2020
OCPC 09 - Relato integrado	Melhoria da qualidade da informação disponível aos investidores e demais <i>stakeholders</i> ; a promoção de uma abordagem mais coesa e eficiente do relato corporativo; e, entre outros	N/A	Orientação	01/01/2021

4.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2021
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato)	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade	IFRS 17	Pronunciamento	N/A

As alterações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4.7.3 Ofício-circular SEP nº 01/2020

Em 05 de fevereiro de 2020, a CVM emitiu o Ofício-circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020, para orientação quanto à aspectos relevantes a serem observados na elaboração das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Um dos temas incorporados foi relativo à adoção inicial dos CPCs 47 e 48 para os ativos das concessionárias de transmissão de energia elétrica. No mesmo, o órgão regulador menciona que em 2018 houve informações inadequadas e incompreensíveis referentes à adoção inicial das referidas normas para boa parte das empresas do setor, atentando para a necessidade de eventual melhor divulgação e abertura dos ajustes e racional normativo que sustentaram a implementação inicial. No entanto, a Administração da Companhia entende e atesta que as informações publicadas no exercício de 2018 já cumprem as informações requeridas, uma vez que foi evidenciado a natureza e valores de cada efeito da adoção das referidas normas, e consequente mudança de prática contábil, tanto para os saldos de balanço, quanto na divulgação de suas contrapartidas. Da mesma forma, conforme requisitado pelo mesmo Ofício, a Administração da Companhia também atesta que os efeitos registrados e divulgados estão totalmente apartados de ajustes de qualquer outra natureza, senão àquela efetivamente advindas da adoção inicial dos CPCs nº 47 e nº 48 da Companhia, e consequentemente alteração de prática contábil da mesma.

4.7.4 Ofício-circular SEP nº 04/2020

Em 01 de dezembro de 2020, a CVM emitiu o Ofício-circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020, para orientação quanto à aspectos relevantes a serem observados dos CPCs 47 e 48 na elaboração das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Os temas do Ofício, em relação aos ativos das concessionárias de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de elucidação, foram segregados pelo órgão regulador em: (i) Adoção dos CPCs 47 e 48; (ii) Taxa de remuneração dos contratos; (iii) Tratamento da Parcela Variável - Contraprestação Variável; (iv) Ativo RBSE; (v) Geografia da Receita Financeira na DRE; (vi) Evidenciação em Nota Explicativa; e (vii) Da Adoção Inicial dos termos deste Ofício - Disposições Transitórias. A Administração da Companhia efetuou análise robusta sobre todos os itens e concluiu que:

(i) Adoção dos CPCs 47 e 48 - Segregação entre Ativo de Contrato e Ativo Financeiro: Está mantido o fato gerador contábil para baixa do ativo de contrato e reconhecimento do ativo financeiro com a emissão do AVC - Ativo de Crédito às concessionárias de transmissão (direito incondicional à caixa), emitidos mensalmente pela ONS;

(ii) Taxa de remuneração dos contratos: A remuneração contratual é efetuada pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. As estimativas devem estar alinhadas com o padrão de mercado e as margens de construção e O&M devem ser estimadas prevendo todos os eventos e eficiências. No entanto, alterações no projeto de construção que afetem diretamente a lucratividade, devem ser reconhecidas diretamente no resultado (custo), temporariamente;

(iii) Tratamento da Parcela Variável - Contraprestação Variável: Quando da mensuração inicial do contrato, deve ser efetuada a melhor estimativa para ocorrência da PV, para fins de determinação da taxa de remuneração dos contratos e é recomendado que, posteriormente, essa estimativa se realize em ativo e receita em rubricas separadas e específicas, tanto no balanço, quanto no resultado; Adicionalmente, quando houver séries históricas de ocorrência das parcelas variáveis ou quando a Administração julgar que detém outras informações capazes de produzir estimativas confiáveis, essas parcelas variáveis deverão ser consideradas na determinação das margens de construção e O&M. Eventuais diferenças entre as estimativas e as parcelas variáveis cobradas deverão ser reconhecidas no resultado no momento de sua ocorrência. Por fim, se as estimativas não puderem ser realizadas em virtude dos motivos mencionados no parágrafo anterior, as parcelas variáveis deverão ser reconhecidas temporariamente no resultado quando da sua real ocorrência;

(iv) Ativo RBSE (Rede Básica do Sistema Existente): item não aplicável para a Companhia;

(v) Geografia da Receita Financeira na DRE: Facultativo à Companhia, classificar a remuneração contratual no resultado operacional ou financeiro, com base na política contábil e entendimento da Administração quanto ao corebusiness da Companhia; ainda que tudo fique no operacional, a Companhia deve segregar toda a receita como (a) de construção, (b) operação e manutenção; e (c) financiamento da infraestrutura de operação. A Companhia entende que a remuneração do Ativo da Concessão é parte intrínseca a atividade operacional e, portanto, classifica tais receitas no Resultado Operacional;

(vi) Evidenciação em Nota Explicativa: Divulgar margens da obrigação de performance de construção e de melhoria, da obrigação de performance de operação e manutenção, bem como os critérios e metodologia utilizados para as estimativas realizadas (Nota 17); divulgar a TIR de cada projeto ou por família de projetos; e outras informações podem ser ainda prestadas em nota explicativa anexa às demonstrações contábeis (Notas 2 e 2.1);

(vii) Da Adoção Inicial dos termos deste Ofício - Disposições Transitórias: Aplicar os requisitos do referido Ofício nas Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2020 pelo método retrospectivo, com efeito cumulativo reconhecido como ajuste de exercícios anteriores no saldo de abertura de lucros acumulados. Considerando o detalhamento acima, a Administração da Companhia reavaliou a modelagem de alocação das receitas oriundas de seu contrato de concessão revisitando todas as premissas e concluiu que os impactos da aplicação do Ofício são imateriais para demais divulgações retrospectivas.

5 Eventos significativos no exercício

5.1 Liberações e captações de recursos

Durante o exercício de 2020, a Companhia obteve os seguintes recursos:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Contratos de Mútuo	jan/20	indeterminado	6.000 1.000 7.000	100,3% CDI	Capital de Giro

Para maiores informações vide nota 14.

5.2 COVID-19 (pandemia do novo Coronavírus)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020 pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais.

5.2.1 Medidas de Assistência Governamental

5.2.1.1 Portarias nº 139 e nº 245

As respectivas portarias de 3 de abril e 15 de junho de 2020, prorrogaram o prazo para o recolhimento de tributos federais e contribuição previdenciária patronal devida pelas empresas e pelo empregador doméstico, na situação que especifica em decorrência da COVID-19. Os prazos de recolhimento da contribuição para o PIS, COFINS e INSS patronal, relativas às competências março, abril e maio de 2020, foram postergados para os prazos de vencimento dessas contribuições devidas nas competências de julho, setembro e outubro de 2020, respectivamente.

5.2.2 Medidas implementadas pela Administração da EDP - Energias do Brasil

A Administração da EDP - Energias do Brasil e de suas controladas vem aplicando ações a fim de assegurar a segurança de seus colaboradores. A implementação destas ações está alinhada com as orientações da OMS, do Ministério da Saúde e das entidades oficiais de saúde nos diferentes países onde o Grupo atua.

A Administração da EDP - Energias do Brasil criou um Comitê de Gestão de Crise com profissionais de diferentes áreas que implementou ações importantes para a segurança de todos, entre as quais: (i) escritórios administrativos estão em regime de trabalho home office; (ii) distribuição de máscaras para todos os colaboradores; (iii) antecipação da vacinação contra a gripe H1N1 para todos os colaboradores; (iv) todas as viagens internacionais foram canceladas e as nacionais reduzidas ao mínimo indispensável; e (v) comunicação interna periódica sobre o tema, por meio de *newsletters*, publicações na intranet e nos murais digitais internos.

Todas as medidas têm como principal objetivo assegurar a segurança dos colaboradores e de toda a população e garantir a qualidade e continuidade do fornecimento de energia, indispensável neste momento de crise.

5.2.3 Medidas adotadas pela Administração da EDP - Energias do Brasil em auxílio à sociedade

O Grupo EDP - Energias do Brasil, comprometida com seus colaboradores, clientes e população, acompanha continuamente a evolução do cenário referente a COVID-19 e está à frente de diversas iniciativas sociais, como: (i) doação de R\$6 milhões à organização social Comunitas para a compra de respiradores hospitalares, equipamentos essenciais para a sobrevivência e recuperação de pacientes graves da COVID-19, em São Paulo; (ii) destinação de R\$2,6 milhões de recursos próprios, ao lado da EDP Renováveis para apoiar iniciativas voltadas ao enfrentamento da COVID-19 em comunidades carentes de todo o Brasil; (iii) doação de R\$1 milhão para o estado do Espírito Santo, para compra de insumos de proteção individual, equipamentos e medicamentos para a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro do Itapemirim; e (iv) doação de R\$130 mil em insumos hospitalares para Secretaria da Saúde do Ceará.

5.2.4 Impacto nas Demonstrações Financeiras

Neste cenário foram sentidos também efeitos econômicos que impactaram e deverão impactar a Companhia nos próximos períodos, cujo principal está destacado abaixo:

5.2.4.1 Cronograma de Obras

A Companhia está em fase de construção e teve sua obra paralisada em função da COVID-19, visando a proteção dos funcionários próprios e de terceiros. O retorno das obras já ocorreu, não existindo riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações. Adicionalmente, como consequência das medidas de contingência, a Administração da Companhia desenvolveu esforços adicionais no sentido de proteger o seu caixa, resultando na racionalização de investimento.

A Companhia reconheceu no exercício de 2020 o montante de R\$627 de redução na Receita de Construção, cuja formação da referida receita resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47 (Nota 17). Até o momento, a Administração da Companhia estima que a postergação não implicou em prazo superior ao cronograma previsto pela Administração com o órgão regulador para os lotes.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	62	6
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	4.585	2.545
Total	4.585 4.647	2.545 2.551

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras está remunerada a taxa de 90% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia à riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 23.2.

7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2019		Atualização monetária		Adiantamentos / Compensação de tributos		Saldo em 31/12/2020	
	Adição		monetária		Pagamentos	Transferência		
Ativos compensáveis								
Outros tributos compensáveis								
PIS e COFINS	1		3		(2)	186	188	
IRRF sobre aplicações financeiras	276	17					293	
Total Circulante	277	17	3		(2)	186	481	
Passivos a recolher								
Outros tributos a recolher								
ICMS	-	3			(3)		-	
PIS e COFINS	3	4			(188)	(2)	186	3
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	46	653			(513)		186	
Encargos com pessoal	(4)	1.862	1		(1.330)		529	
Total Circulante	45	2.522	1		(2.034)	(2)	186	718

Conforme requerido pelo CPC 33 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

8 Tributos diferidos

	Ativo		Passivo	
	Não circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
PIS e COFINS	8.1		11.714	3.958
Imposto de renda e contribuição social	8.2	10.286	4.928	
Total	10.286	4.928	11.714	3.958

8.1 PIS e COFINS

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção sob a alíquota de 9,25%.

8.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
Prejuízos Fiscais	1.068	1.068				185
Base Negativa da Contribuição Social	384	384				66
	1.452	1.452	-	-	-	251
Diferenças Temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	54					54
Gastos Pré-operacionais	1.584	1.338				247
Atualização dos ativos da concessão	3.905					2.440
PIS e COFINS sobre ativos da concessão	3.514					2.637
Outras	(19)	2.341	204	203	(20)	2.603
Total diferenças temporárias	9.038	3.679	204	203	5.358	3.941
Total bruto	10.490	5.131	204	203	5.358	4.192
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(204)	(203)	(204)	(203)		
Total	10.286	4.928	-	-		

8.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	2021	2022	2023	2024	2025	Total Não circulante
	1.815	3.267	1.815	1.797	1.796	10.490

9 Partes relacionadas

	Relacionamento	Duração	Passivo Não circulante	
			31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 9.1)				
EDP Comercializadora	Controladora	16/08/2019 a indeterminado	12.755	20.146
			12.755	20.146

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

9.1 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação do AFAC no exercício é a seguinte:

	Passivo
--	---------

Saldo em 31 de dezembro de 2019	20.146
Aumento de Capital social (Nota 16.1)	(20.146)
AFAC's realizados no exercício - EDP Comercializadora	12.755
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.755

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo a Companhia assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.

9.2 Controladora direta e final

A controladora direta e final da Companhia é a EDP - Comercializadora, sendo esta controlada pela EDP - Energias do Brasil.

9.3 Remuneração dos administradores

A Companhia não apresentou administradores com remuneração em 2019. Para o exercício de 2020, segue abaixo:

	Diretoria Estatutária
	2020
Remuneração (a)	339
Total	339

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

10 Cauções e depósitos vinculados

	Saldo em		Adição	Atualização	Saldo em
	31/12/2019	31/12/2019			
Depósitos judiciais	15.1	15.1	-	672	3
Outros cauções			3		3
Total Não circulante	15.1	15.1	3	672	3

11 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15.1 Provisões cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

15.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo					Ativo	
	Nota	Saldo em		Atualização monetária	Saldo em		Depósito judicial
		31/12/2019	Constituição				
Cíveis	15.1.1.1	-	157	(11)	13	159	
Outros		-	1			1	
Total Não circulante		-	158	(11)	13	160	

15.1.1.1 Cíveis

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos à indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para a construção da linha de transmissão.

15.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	31/12/2020
Fiscais	15.1.2.1	339
Total		339

15.1.2.1 Fiscais

Ações judiciais em face de alguns municípios localizados no estado do Rio Grande do Sul, objetivando a não incidência do ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Móveis), envolvendo o montante de R\$339 em 31 de dezembro de 2020. A Companhia aguarda o julgamento dos processos.

15.1.3 Risco de perda remota

Existem também processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2020 é de R\$585.

15.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,50% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

	Saldo em 31/12/2019	Ingressos	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	Reversão	Saldo em 31/12/2020
Licenças ambientais								
Circulante	2.044	1	(1.584)	1.044	5.707	202	(64)	7.350
Não circulante	9.325			1.956	(5.707)	893		6.467
Total	11.369	1	(1.584)	3.000	-	1.095	(64)	13.817

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2020 totalmente subscrito e integralizado é de R\$75.000 (R\$14.609 parcialmente integralizado em 31 de dezembro de 2019). O capital social em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é composto de 75.000 ações ordinárias, no valor nominal R\$1 cada uma e integralmente detidas pela EDP Comercializadora.

Em Assembleia Geral ocorrida em 16 de agosto de 2019, foi aprovada a deliberação da integralização do capital social no montante de R\$60.391. Os aportes ocorrem no decorrer de 2020.

17 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

• Receita de construção da infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A margem da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2020 é de -23,72% sobre o custo real incorrido de construção no resultado.

A referida margem é estimada pela Companhia levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela Companhia e suas possíveis eficiências, considerando atraso na entrada em operação comercial face o prazo regulatório. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva participação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pela Companhia, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2020 é de 218%. Conforme o modelo de negócios praticado pela Companhia, a faixa de *mark up* para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

• Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão.

Conforme mencionado na nota 4.7.3, o Ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão da Companhia representa 13,65% a.a para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão os efeitos apropriados no resultado do exercício em que a Revisão Tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	Nota	2020	2019
Receita de construção da Infraestrutura da Concessão	17.1	76.203	26.839
Remuneração dos Ativos da concessão	11	7.651	1.047
Receita operacional bruta		83.854	27.886
PIS/COFINS		(7.756)	(2.609)
Receitas		76.098	25.277

17.1 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão

Representa a evolução, em 2020, de 29% do investimento previsto no projeto (9% em 2019), acrescido de margem de construção e PIS/COFINS, alcançando 40% de investimento total previsto para a conclusão da obra.

18 Custo de construção da infraestrutura da concessão

	Nota	2020	2019
Terrenos		8.930	127
Edificações, obras civis e benfeitorias		12.143	
Máquinas e equipamentos		40.273	10.863
Adiantamento a fornecedores		22.543	10.599
Gastos ambientais		4.031	11.508
Outros		3.111	604
	11	91.031	33.701

19 Despesas e Receitas operacionais

As Despesas e receitas operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Despesas Operacionais Gerais e administrativas		
	Nota	2020	2019
	Pessoal e Administradores	19.1	473
Material		142	16
Serviços de terceiros	19.2	483	1.949
Depreciação - Ativos de direito de uso		161	
Arrendamentos e aluguéis			155
Outras		(200)	195
Total		1.059	3.572

19.1 Pessoal e Administradores

	2020	2019
Pessoal		
Remuneração	14	414
Encargos		211
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	29	25
Outros benefícios - Corrente	6	41
	49	691

19.2 Serviços de terceiros

	2020	2019
Serviços de consultoria	324	723
Serviços comerciais		635
Serviços ambientais		435
Serviços de publicação e publicidade	107	
Outros	52	156
	483	1.949

20 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras e cauções	64	259
Contratos de mútuo		86
Variações em moeda estrangeira		670
Arrendamentos e aluguéis	63	
(-) Juros capitalizados	(61)	
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(6)	(11)
Outras receitas financeiras	8	2
	64	1.006
Despesas financeiras		
Encargos de dívida		
Empréstimos e financiamentos	(308)	(1.257)
(-) Juros capitalizados	308	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	(13)	
Outras despesas financeiras	(21)	(82)
	(34)	(1.339)
Total	30	(333)

21 Impostos de renda e Contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	2020	2019
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro	(15.931)	(12.329)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	5.417	4.192
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		(59)
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes	5.358	4.192
Despesa de IRPJ e CSLL	33,63%	34,00%

22 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado a seguir:

	2020	2019
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(10.573)	(8.137)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	39.060	14.606
Resultado básico por ações (reais/ação)	(0,27068)	(0,55710)

Resultado diluído

Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas ajustado	(10.573)	(8.137)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	39.060	14.606
Potencial incremento nas ações ordinárias em função de subscrição de ações	75.000	75.000
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores ajustado (mil)	75.000	75.000
Resultado diluído por ação (reais/ações)	(0,14097)	(0,10849)

23 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

23.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

23.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Aplicações financeiras	6	Nível 2	4.585	2.545	4.585	2.545
			4.585	2.545	4.585	2.545
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa						
Bancos conta movimento	6	Nível 2	62	6	62	6
Cauções	10	Nível 2	3	3	3	3
			65	9	65	9
Total			4.650	2.554	4.650	2.554
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	13	Nível 2	41.404	9.822	41.404	9.822
Empréstimos e financiamentos						
Contratos de mútuo	14	Nível 2	7.308		7.308	
Arrendamentos e aluguéis	12.2	Nível 2	432		315	
Licenças ambientais	15.2	Nível 2	13.902		13.817	
Total			63.046	9.822	62.844	9.822

23.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário						
		Saldo da exposição	Até 1 ano	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	4.585	69	69	17	34	(17)	(35)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	4.585	69	69	17	34	(17)	(35)
Empréstimos e financiamentos - Mútuo	CDI	(7.308)	(135)	(135)	(34)	(67)	34	67
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(7.308)	(135)	(135)	(34)	(67)	34	67
		(2.723)	(66)	(66)	(17)	(33)	17	32

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 1,8% e 6,0% a.a.

23.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 11) cujo o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2020, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2020					31/12/2019
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	34.003	99	7.302		41.404	9.822
Empréstimos e financiamentos				7.308	7.308	
Arrendamentos e aluguéis	27	54	107	127	315	
Licenças Ambientais	1.250	3.713	2.387	6.467	13.817	
	35.280	3.866	9.796	13.902	62.844	9.822

23.2.2.1 Capital Circulante Líquido - CCL

O Capital Circulante Líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2020 foi negativo em R\$44.181 (R\$9.042 em 31 de dezembro de 2019). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. O CCL negativo deve-se, principalmente, às obrigações relacionadas ao pagamento de fornecedores do projeto, que poderão ser pagas com aportes de capital e/ou captações de dívida. Pelo fato da Companhia estar em fase pré-operacional, a Companhia adota a estratégia de realizar aportes e captações quando da efetiva necessidade de caixa para pagamento de suas obrigações.

23.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• **Ativos da concessão**

A Companhia mantém Contratos de Prestação de Serviço de Transmissão - CPST junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, regulando a prestação de seus serviços vinculados aos usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária, que assegura os recebimentos e mitiga o risco de inadimplência.

• **Caixa e Equivalentes de caixa**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2020 todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

23.2.4 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS, etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

23.2.5 Riscos ambientais

As atividades da Companhia pode causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

23.2.6 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia. Visando mitigar este risco a Companhia adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de performance, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a Companhia procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de *compliance*.

23.2.7 Risco técnico

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, a Companhia contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 26).

23.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode levar a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

24 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

24.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	Saldo em 31/12/2019	Efeito caixa	Efeito não caixa			Saldo em 31/12/2020
				Varição monetária	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
Títulos a receber e empréstimos a receber		70	-	-	-	(70)	-
		70				(70)	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	14	-	7.000			308	7.308
Arrendamentos e aluguéis	12.2	-	(155)	(74)	11	533	315
Acionistas não controladores							
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	9.1	20.146				(7.391)	12.755
Capital social	16.1	14.609	53.000			7.391	75.000
		34.755	59.845	(74)	11	841	95.378
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		34.685	59.845	(74)	11	911	95.378

	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2019
			Adições/baixas		
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		12.347	(6.393)	(5.954)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		-	15.150	4.996	20.146
Capital social		13.599	1.010		14.609
		25.946	9.767	(958)	34.755

24.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Capitalização de juros de empréstimos ao ativos da concessão	247	
Capitalização nos Ativos da concessão relativo à contingências	157	
Provisão para custos com licença ambiental nos ativos da concessão	4.032	11.508
Aumento de capital com integralização de AFAC	7.391	4.996
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	533	
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão	32.122	7.418
Total	44.482	23.922

25 Compromissos contratuais e Garantias

25.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2020				Total geral	31/12/2019
	2021	2022 a 2023	2024 a 2025	A partir de 2026		
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	220.448	3.460	430	19	224.357	383.574
Juros Vincendos de Empréstimos	135				135	
	220.583	3.460	430	19	224.492	383.574

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2020, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2020				Total geral	31/12/2019
	2021	2022 a 2023	2024 a 2025	A partir de 2026		
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	212.994	3.661	531	31	217.217	333.430
Juros Vincendos de Empréstimos	125				125	
	213.119	3.661	531	31	217.342	333.430

25.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	31/12/2020	31/12/2019
Executante construtor	Seguro garantia	20.523	20.523
		20.523	20.523

26 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Seguro de vida	1.027	(*)	188	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.190;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$193.210; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$4.110.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

	Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas Presidente			
Luiz Otavio Assis Henriques Vice-Presidente	Carlos Emanuel Baptista Andrade Conselheiro	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro		Michel Nunes Itkes Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente	Vitor Hugo Alexandrino da Silva Diretor Financeiro e Administrativo
--	---

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)	Renan Silva Sobral Gestor Executivo de Contabilidade Contador - CRC 1SP271964/O-6
--	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

EDP Transmissão Litoral Sul S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da EDP Transmissão Litoral Sul S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.